



21 DE JUNHO DE 2018

Quinta-feira

- **CURSOS DE JULHO NO SINDIMETAL/PR**
- **NOVOS PROJETOS DE LEI- NÚCLEO DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS - Nº 19. ANO XIV. 21 DE JUNHO DE 2018**
- **TST APROVA INSTRUÇÃO QUE DEFINE MARCO TEMPORAL PARA APLICAÇÃO DA REFORMA TRABALHISTA**
- **TST ESTIMULA O DESCONTO DE 'MEIO IMPOSTO' PARA SOCORRER OS SINDICATOS**
- **PRÉVIA DA CONFIANÇA DA INDÚSTRIA INDICA QUEDA EM JUNHO COM DETERIORAÇÃO DA AVALIAÇÃO ATUAL, DIZ FGV**
- **CNI: INCERTEZAS INTERNAS E MUDANÇAS EXTERNAS JUSTIFICAM A MANUTENÇÃO DOS JUROS**
- **CONFIANÇA DA INDÚSTRIA CAI 1,4 PONTO EM JUNHO ANTE MAIO, DIZ PRÉVIA DA FGV**
- **EM TRÊS ANOS, 13,8 MIL INDÚSTRIAS FORAM FECHADAS NO BRASIL, APONTA IBGE**
- **PESQUISA APONTA QUE 92% DAS EMPRESAS DO PAÍS ESPERAM MAIS RECEITA E PATRIMÔNIO ATÉ 2020**
- **INDÚSTRIA: REAJUSTE "SALGADO" DA ENERGIA IMPACTARÁ PREÇOS AO CONSUMIDOR**
- **FGV: PAÍS TEM DÉFICIT COMERCIAL DE MANUFATURADOS DE US\$ 25,4 BI DE JANEIRO A MAIO**
- **CAGED: 33 MIL NOVOS EMPREGOS FORMAIS FORAM CRIADOS EM ABRIL**
- **GERAÇÃO DE EMPREGO FORMAL CAI EM MAIO E É A PIOR DO ANO**
- **PARANÁ CRIA 38,7 MIL VAGAS DE EMPREGO FORMAL EM CINCO MESES**
- **BRF CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A 5,6 MIL FUNCIONÁRIOS DE 4 FÁBRICAS NO SUL DO PAÍS**

- PETROBRAS ENFRENTA NESTA QUINTA-FEIRA AÇÃO TRABALHISTA BILIONÁRIA NO TST
- PRESIDENTE TEMER AFIRMA QUE BRASIL ABRIU MAIS 33 MIL VAGAS FORMAIS DE EMPREGO EM MAIO
- APROVADO TEXTO-BASE DE LEI QUE PERMITE A CAMINHONEIROS TER O DOBRO DE PONTOS NA CARTEIRA
- CÂMARA APROVA MARCO REGULATÓRIO DOS CAMINHONEIROS
- CAMINHONEIROS CONCORDAM COM MARCO REGULATÓRIO DO TRANSPORTE DE CARGAS
- AUTÔNOMOS REJEITAM TABELA DE REFERÊNCIA
- COPOM MANTÉM TAXA DE JUROS EM 6,5% E CULPA GREVE DOS CAMINHONEIROS
- URGÊNCIA DE DECRETO QUE PERMITE VENDA DIRETA DE ETANOL É REJEITADA
- SENADO APROVA URGÊNCIA PARA DECRETO DE INDÚSTRIA DE BEBIDAS
- PARALISAÇÃO AFETOU CRÉDITO A EMPRESA PELO BB, DIZ PRESIDENTE DO BANCO
- APÓS GREVE DOS CAMINHONEIROS, PRÉVIA DA INFLAÇÃO OFICIAL DISPARA
- TABELA DE FRETE AUMENTA PREÇO DO FEIJÃO E DO ARROZ, DIZ CNA
- INFLAÇÃO NA PARALISAÇÃO DE CAMINHONEIROS FOI A MAIOR EM MAIS DE 20 ANOS
- COM SELIC A 6,5%, POUPANÇA BATE MAIORIA DOS FUNDOS
- MANUTENÇÃO DA SELIC EM 6,5% JÁ ERA ESPERADA PELO SETOR EMPRESARIAL
- VEJA COMO FICAM OS JUROS AO CONSUMIDOR COM A SELIC A 6,5%
- DÓLAR SOBE QUASE 1% E SE REAPROXIMA DOS R\$ 3,80
- ALIMENTAÇÃO, HABITAÇÃO E TRANSPORTES PRESSIONAM IPCA-15 DE JUNHO, APONTA IBGE
- ESOCIAL: COMITÊ GESTOR APROVA REFORMULAÇÃO EM CALENDÁRIO
- RECURSO NO INSS SERÁ AUTOMÁTICO A PARTIR DE 10 DE JULHO E DEVE LEVAR 30 DIAS
- TCU PEDE QUE GOVERNO EXPLIQUE COMO COBRIRÁ PERDA DE ARRECADAÇÃO COM REFIS
- EXCLUSIVO-TOYOTA REDUZ GASTOS COM MARKETING E DESVIA RECURSOS PARA PESQUISA E INOVAÇÃO
- DIVISÃO DE CAMINHÕES E ÔNIBUS DA VOLKSWAGEN PLANEJA IPO PARA 2019, DIZ REVISTA

- **ARCELORMITTAL ANUNCIA INVESTIMENTO DE R\$ 107 MI PARA AMPLIAR PRODUÇÃO DE AÇO PARA PNEUS EM MG**
- **PRODUÇÃO DE AÇO BRUTO RECUA 8,5%**

CÂMBIO		
EM 21/06/2018		
	Compra	Venda
Dólar	3,798	3,799
Euro	4,405	4,408

Fonte: BACEN

Cursos de Julho no SINDIMETAL/PR

21/06/2018 – Fonte: SINDIMETAL/PR

Curso

Administração de Materiais, Logística e Suprimentos

Dias 11, 12 e 13* de Julho de 2018

Das 08h30 às 17h30
*Dia 13/07/2018 - Horário das 08h30 às 12h30

Sede do SINDIMETAL/PR
Rua Angelo Greca, 70 - Atuba

Conteúdo Programático:

✓ Natureza da administração de materiais, Planejamento e controle da produção; Gestão de estoques: dimensionamento, Ciclo do pedido e logística de abastecimento, Estratégias de reposição dos estoques; Armazenagem e movimentação de suprimentos; Princípios de logística: Conceito, Importância, evolução do pensamento logístico, Logística do Brasil; Estratégias logísticas: Supply Chain Management, Scm, Efficient Consumer Response, Ecr, Logística reversa; Profissional de logística, Conceito e gestão; Mercado de trabalho e o profissional de logística, Característica do profissional de logística e futuro logístico; Custos e serviços logísticos: Custos logísticos: Custos logísticos e Custos logísticos X Nível de serviço; Projetos logísticos - transportes; Logística de distribuição, Modais de transporte; Transporte fracionado e locação; Centro de distribuição Cd; Dimensionamento e controle de estoques e armazenagem.

Investimento:

- ✓ Associados do SINDIMETAL/PR: R\$ 200,00
- ✓ Empresas Filiadas e Outros: R\$ 260,00

Inscrições até o dia: 05/07/2018

Outras informações poderão ser obtidas no SINDIMETAL/PR através do telefone (41) 3218-3935, ou e-mail sindimetal@sindimetal.com.br, com a Sra. Gisele Alves de Santana.



Faça a sua inscrição AQUI



Curso: Liderança e Gestão de Equipes

Dias 25, 26 e 27* de Julho de 2018

Das 08h30 às 17h30
*Dia 27/07/2018 - Horário das 08h30 às 12h30

Sede do SINDIMETAL/PR
Rua Angelo Greca, 70 - Atuba

Conteúdo Programático:

Seja um modelo para sua equipe: Marketing pessoal, Postura e ética profissional; Processo de comunicação; Liderança: dom ou virtude; Líder X Chefe; Estilos de liderança: liderança, Poder e influência; Liderança e confiança; Grupos e equipes de trabalho; Identificando os perfis que compõem sua equipe; O convívio entre gerações; Relacionamento interpessoal e trabalho em equipe; Gerenciamento de conflitos; Feedback assertivo e efetivo; CIMA – conhecimento, habilidade e atitude; A importância dos 4 quadrantes: emergência, Urgência, importante e não importante para a rotina; Para motivar é preciso inovar.

Investimento:

- ✓ Associados do SINDIMETAL/PR: R\$ 200,00
- ✓ Empresas Filiadas e Outros: R\$ 260,00

Inscrições até o dia: 19/07/2018

Outras informações poderão ser obtidas no SINDIMETAL/PR através do telefone (41) 3218-3935, ou e-mail sindimetal@sindimetal.com.br, com a Sra. Gisele Alves de Santana.



Faça a sua inscrição AQUI

21/06/2018 – Fonte: FIEP

Confira nessa edição os novos projetos de lei apresentados na Câmara dos Deputados, Senado Federal e Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

ÍNDICE

**NOVOS PROJETOS DE LEI FEDERAL
INTERESSE GERAL DA INDÚSTRIA**

Definição limite para reajuste de contratos de concessão de serviços públicos
PLS 286/2018 da senadora Lídice da Mata (PSB/BA)

RELAÇÕES DE CONSUMO

Obrigatoriedade de compensação de produto vencido
PL 10358/2018 do deputado Junji Abe (MDB/SP)

QUESTÕES INSTITUCIONAIS

Dispensa de pagamento prévio dos emolumentos nas dívidas encaminhadas a protesto
PL 10365/2018 do deputado Dagoberto Nogueira (PDT/MS)

Informatização do sistema de Registro Público
PL 10375/2018 do deputado Julio Lopes (PP/RJ)

**LEGISLAÇÃO TRABALHISTA
FGTS**

Movimentação do FGTS em decorrência de doença grave do trabalhador ou de seu dependente
PL 10364/2018 do deputado Aureo (SD/RJ)

Expansão de direitos a portadores de diabetes melito
PL 10376/2018 do deputado Sibá Machado (PT/AC)

INFRAESTRUTURA

Desconto para abastecimento dos veículos pertencentes a transportadores autônomos de cargas
PLS 258/2018 da senadora Rose de Freitas (PODE/ES)

Elevação das alíquotas de contribuição social para pessoas jurídicas
PLS 271/2018 do senador Lindbergh Farias (PT/RJ)

Suspensão dos benefícios fiscais para a importação de máquinas previstos no REPETRO
PLS 280/2018 da senadora Lídice da Mata (PSB/BA)

Sustação do Decreto que zera a alíquota da Cide sobre a importação e a comercialização de óleo diesel
PDC 963/2018 do deputado José Guimarães (PT/CE)

**INFRAESTRUTURA SOCIAL
EDUCAÇÃO**

Sustação de decreto que regulamenta a educação à distância
PDC 961/2018 do deputado Orlando Silva (PCdoB/SP)

INTERESSE SETORIAL

INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Adoção de práticas para construção de edificações sustentáveis

PLS 284/2018 da senadora Rose de Freitas (PODE/ES), que "Dispõe sobre a adoção de práticas de construção de edificações sustentáveis, para a geração de energia elétrica".

INDÚSTRIA DE BEBIDAS

Tributação de extratos concentrados

PDC 966/2018 do deputado Pauderney Avelino (DEM/AM)

PDC 969/2018 do deputado Silas Câmara (PRB/AM)

INDÚSTRIA DE ENERGIA ELÉTRICA

Exclusão da Eletrobrás e subsidiárias do Programa Nacional de Desestatização

PLS 253/2018 da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)

INDÚSTRIA DO PLÁSTICO

Proibição da fabricação e comercialização de canudos plásticos descartáveis

PL 10355/2018 do deputado Marcus Vicente (PP/ES)

INDÚSTRIA PETROLÍFERA

Limitação de alíquotas de ICMS em operações com combustíveis

PLP 512/2018 do deputado José Carlos Aleluia (DEM/BA)

Definição de percentuais de adição obrigatória de biodiesel ao óleo diesel

PLS 262/2018 do senador Alvaro Dias (PODE/PR)

Diretrizes da política de preços para gasolina, diesel e gás liquefeito de petróleo

PLS 270/2018 do senador Lindbergh Farias (PT/RJ)

INDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA

Permite a comercialização direta de álcool para postos de gasolina

PL 10316/2018 do deputado Mendonça Filho (DEM/PE)

Sustação das restrições de comercialização do etanol

PDS 61/2018 do deputado Otto Alencar (PSD/BA)

NOVOS PROJETOS DE LEI ESTADUAL

MEIO AMBIENTE

Separação e destinação de materiais recicláveis pela Administração Pública do Estado do Paraná

PL 332/2018 de autoria do Deputado Professor Lemos (PT)

INFRAESTRUTURA

Criação da Política de Mobilidade por Bicicletas

PL 337/2018 de autoria do Deputado Evandro Junior (PSDB)

INFRAESTRUTURA SOCIAL

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Alteração da destinação de recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza

PL 340/2018 de autoria do Deputado Evandro Araújo (PSC)

INTERESSE SETORIAL INDÚSTRIA DO PLÁSTICO

Proibição de fornecimento de canudos confeccionados em material plástico
PL 338/2018 de autoria do Deputado Paulo Litro (PSDB)

TST aprova instrução que define marco temporal para aplicação da reforma trabalhista

21/06/2018 – Fonte: UOL

O TST (Tribunal Superior do Trabalho) aprovou nesta quinta-feira (21) uma instrução normativa que define um marco temporal para a aplicação das novas regras trazidas pela reforma trabalhista.

Encarada por especialistas da área como uma forma de reduzir eventual insegurança jurídica sobre o que seria tomado como referência temporal para a aplicação de pontos da reforma, a instrução define, já no primeiro artigo, que a entrada em vigor das novas regras trabalhistas é imediata mas não atinge situações iniciadas ou consolidadas enquanto a lei antiga estava vigente.

O presidente da corte, ministro Brito Pereira, afirmou que foi aprovada uma "importante instrução" após longa discussão em comissão do próprio TST para discutir o tema.

"Saúdo membros do tribunal que ofereceram a sua valiosa contribuição", disse o presidente ao proclamar a aprovação.

Um ponto polêmico abordado pela instrução diz respeito aos chamados honorários advocatícios sucumbenciais, em que, segundo a reforma trabalhista, a parte que perde no processo deve pagar as custas da parte vencedora.

Essa determinação só poderá ser aplicada a ações iniciadas após a entrada em vigor da reforma.

Da mesma forma, as multas que podem ser determinadas pelo juiz, se identificar que a pessoa que propôs a ação agiu de má fé, ou até mesmo se identificar comportamento semelhante de uma testemunha, só valerão para ações ajuizadas após a reforma.

TST estimula o desconto de 'meio imposto' para socorrer os sindicatos

21/06/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Vice-presidente da corte já fez proposta em cinco acordos entre 15 entidades e empresas

A vice-presidência do TST (Tribunal Superior do Trabalho) tem estimulado, em acordos coletivos, sindicatos e empresas a impor o desconto de meio dia da jornada dos trabalhadores como uma alternativa para irrigar o caixa de entidades de representação de categorias.

Com o fim do imposto sindical obrigatório, referente a um dia de trabalho recolhido em março, a chamada cota negocial foi criada em acordo coletivo da Vale e do STEFEM (Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias dos Estados do Maranhão, Pará e Tocantins).

Agora, o ministro Renato de Lacerda Paiva, vice-presidente do TST, tem sugerido a sindicatos e empresas que instituem esse desconto.

Após a reforma trabalhista, em vigor desde novembro de 2017, o imposto sindical, porém, deixou de ser obrigatório. O recolhimento somente é permitido com a aceitação expressa do trabalhador.

As entidades sindicais reclamam da queda na arrecadação. No STF (Supremo Tribunal Federal), 19 ações pedem a volta da contribuição obrigatória e serão julgadas na quinta-feira (28).

Paiva propôs ou homologou acordo coletivo com a cota negocial em dissídios --quando as partes acionam a Justiça para eliminar um impasse-- de cinco empresas: Vale, Casa da Moeda, Embrapa, Infraero e CBTU (Companhia Brasileira de Trens Urbanos).

No total, 15 sindicatos e federações estão envolvidos nessas negociações. Os trabalhadores da Casa da Moeda, por sua vez, negaram a proposta por julgá-la insatisfatória.

O TST, em nota, afirma que "tem procurado sugerir a cota negocial" às partes. "Esse acordo [Vale e STEFEM] institui a cota negocial como um meio de solucionar o problema do custeio dos sindicatos."

Questionado sobre possível conflito com as ações no STF, o TST diz que os processos à espera de julgamento na corte "tratam do fim da obrigatoriedade da contribuição sindical, e a cota negocial firmada nos acordos não a substitui".

"Trata-se de uma espécie de retribuição ao sindicato por parte de todos os empregados que são beneficiados pelo acordo, sejam eles sindicalizado ou não", afirma o TST.

Mayra Palópoli, advogada trabalhista do Palópoli & Albrecht Advogados, diz que, apesar da função social da Justiça do Trabalho, o ministro exacerba sua atuação. "É o sindicato que deveria pleitear isso [a cota negocial]."

Ela diz que esse instrumento é contrário à reforma trabalhista. Palópoli ainda afirma que a proposta do TST abre precedente para que seja seguida por TRT (Tribunais Regionais do Trabalho).

O professor de direito do trabalho da USP (Universidade de São Paulo) e sócio do escritório Siqueira Castro Otavio Pinto e Silva afirma que o ministro tem a função de conciliar e julgar, mas, para ele, os acordos inovam no ordenamento jurídico.

"É lógico que é uma maneira de dar uma interpretação que contorna o texto da reforma", afirma Silva.

Segundo ele, o objetivo do legislador ao aprovar a reforma trabalhista foi evitar que sindicatos tivessem uma fonte de receita no imposto sindical. "A cota negocial retira da esfera individual a decisão sobre a contribuição", diz.

O trabalhador, no entanto, pode se opor ao recolhimento. Para isso, ele deve se manifestar pessoalmente contra o desconto do meio expediente de trabalho 20 dias antes da realização do desconto. A cota negocial é recolhida dois meses após firmado o acordo.

Apesar da tentativa de dar sustentabilidade aos sindicatos, a solução ainda tem pontos que dividem a opinião dos dirigentes das entidades.

O Sindicato Nacional dos Moedeiros —que reúne os trabalhadores da Casa da Moeda— preferiu abrir mão da oportunidade de ganhar meio dia de trabalho e apostar na chance de retorno do imposto sindical como era antes da reforma, com o recolhimento do valor de um dia completo.

"Na proposta do nosso acordo coletivo, em assembleia, nós decidimos. O ministro tinha proposto isso. Com todo o respeito e carinho, nós rejeitamos. Preferimos correr até o risco de, lá na frente, não conseguir [a volta do imposto sindical], mas a gente acredita", diz Aluízio Júnior, presidente do sindicato.

Júnior afirma que o incomodou, na sugestão do TST, a possibilidade de que parte dos trabalhadores se manifeste contra o desconto.

"O que eu vi no caso da Vale é que os trabalhadores que são associados ao sindicato não poderiam retirar [a contribuição]. Quem tinha o direito a oposição era o não associado. Aí, daqui a pouco, a pessoa vai achar que vale mais a pena se desassociar do sindicato", afirma Júnior.

A alternativa de receita é vista com bons olhos por outros sindicatos.

"É um dinheiro que entra para a sustentabilidade, mas a gente não faz disso algo que seja extremamente importante para o financiamento. Ninguém vai abrir mão de nenhum tipo de financiamento sindical", afirma Jerônimo Miranda Netto, coordenador-geral do FITF (federação de trabalhadores ferroviários da CUT).

Entenda a cota negocial

Quanto é Equivale a meio dia de trabalho

Quando é descontado Uma vez por ano, geralmente 2 meses após a homologação do acordo

Quem paga Todos os trabalhadores da empresa e sindicatos envolvidos no acordo

Como negar O trabalhador pode se negar a pagar, mas deve fazer oposição pessoalmente 20 dias antes da notificação

Prévia da confiança da indústria indica queda em junho com deterioração da avaliação atual, diz FGV

21/06/2018 – Fonte: R7

A prévia do Índice de Confiança da Indústria (ICI) do Brasil indicou deterioração em junho diante de uma piora expressiva da percepção sobre o cenário atual, na esteira da greve dos caminhoneiros no final do mês passado, apontou a Fundação Getulio Vargas (FGV) nesta quinta-feira.

A prévia do ICI apontou recuo de 1,4 ponto no mês, para 99,7 pontos. A leitura foi resultado da queda de 6,2 pontos no Índice da Situação Atual (ISA), para 94,4 pontos. Esse resultado compensou o ganho de 3,3 pontos no Índice de Expectativas (IE), que foi a 104,9 pontos.

"Entre os aspectos positivos está a normalização gradual das atividades produtivas ao longo do mês. Entre os negativos, a piora percebida da qualidade da política econômica e a maior proximidade das eleições", afirmou em nota a coordenadora da Sondagem da Indústria da FGV IBRE, Tabi Thuler Santos.

Ela ainda destacou que o aumento da incerteza econômica após a paralisação dos caminhoneiros do final de maio pode fazer com que o resultado final da pesquisa seja mais distante da prévia que de costume. A leitura final da pesquisa será divulgada em 29 de junho.

Após registrar estabilidade em abril e maio, a preliminar do Nível de Utilização da Capacidade Instalada da Indústria aponta uma redução de 0,2 ponto percentual, para 76,3 por cento.

A produção industrial brasileira cresceu 0,8 por cento em abril na comparação com o mês anterior, resultado acima do esperado porém em um ritmo que está em risco após a greve dos caminhoneiros.

A paralisação prejudicou o abastecimento de combustíveis, alimentos e outros insumos em todo o país, afetando a atividade econômica.

CNI: incertezas internas e mudanças externas justificam a manutenção dos juros

21/06/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 20-06-2018)

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) avalia que incertezas internas, com as eleições, e mudanças externas justificam a manutenção dos juros, como anunciado nesta quarta-feira, 20, pelo Comitê de Política Monetária (Copom).

Em nota, a CNI diz, que embora a influência da greve dos caminhoneiros sobre os preços ainda seja incerta, a inflação para este ano continua dentro da meta de 4,5% fixada pelo Banco Central.

“O aumento dos juros neste cenário seria precipitado e desnecessário”, afirmou, na nota, o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade.

Para Andrade, seria equivocada o Banco Central elevar os juros para conter a desvalorização do real frente ao dólar.

“Os instrumentos adequados, como a oferta de swap cambial, estão sendo utilizados para irrigar o mercado de câmbio e controlar as oscilações do dólar”, diz.

Confiança da indústria cai 1,4 ponto em junho ante maio, diz prévia da FGV

21/06/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 20-06-2018)

O Índice de Confiança da Indústria (ICI) apurado na prévia da sondagem de junho teve um recuo de 1,4 ponto em relação ao resultado fechado de maio, para 99,7 pontos, informou a Fundação Getúlio Vargas (FGV) nesta quinta-feira, 21.

“A prévia de junho sinaliza queda da confiança sob influência de uma expressiva piora das avaliações sobre a situação atual. Há que se considerar, no entanto, que o aumento da incerteza econômica após as greves de caminhoneiros do final de maio, pode levar a que o resultado final da pesquisa seja mais distante da prévia que de costume. Entre os aspectos positivos está a normalização gradual das atividades produtivas ao longo do mês. Entre os negativos, a piora percebida da qualidade da política econômica e a maior proximidade das eleições”, avaliou Tabi Thuler Santos, coordenadora da Sondagem da Indústria do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (Ibre/FGV), em nota oficial.

O Índice da Situação Atual (ISA) caiu 6,2 pontos no mês, para 94,4 pontos. Já o Índice de Expectativas (IE) subiu 3,3 pontos em junho, para 104,9 pontos.

O Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) da indústria indicou uma redução de 0,2 ponto percentual, passando de 76,5% no fechamento de maio para 76,3% na prévia de abril.

A prévia dos resultados da Sondagem da Indústria abrange a consulta a 788 empresas entre os dias 4 e 19 de junho. O resultado final da pesquisa será divulgado pela FGV no próximo dia 29.

Em três anos, 13,8 mil indústrias foram fechadas no Brasil, aponta IBGE

21/06/2018 – Fonte: G1

Entre 2013 e 2016, investimentos no setor industrial foram reduzidos em quase 1/4 e país fechou 1,3 milhão de vagas no período.



A crise econômica levou ao fechamento de 13,8 mil indústrias no Brasil em três anos. No mesmo período, os investimentos no setor industrial sofreram uma queda de 23,85%. É o que aponta a Pesquisa Industrial Anual Empresas (PIA-Empresas) divulgada nesta quinta-feira (21) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados são de 2016.

De acordo com o levantamento, havia 321,2 mil indústrias ativas em 2016 no país, 4,1% a menos que em 2013, antes da crise, quando o número de empresas do setor industrial era de 335 mil.

O fechamento das empresas foi mais acentuado entre 2014 e 2015, quando 10,5 mil indústrias fecharam as portas. O IBGE destacou que as indústrias de transformação representam quase a totalidade das empresas do setor - as extrativas correspondem a cerca de 2% do total de indústrias.

Segundo o IBGE, os resultados negativos do setor industrial a partir de 2014 têm relação com o cenário macroeconômico do país no período.

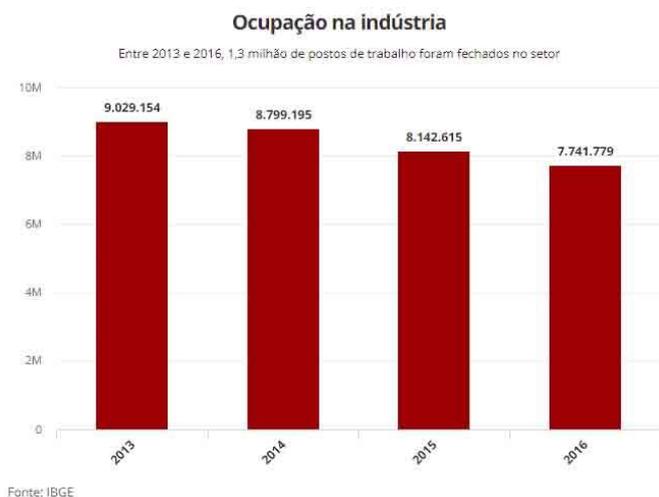


Menos investimento e emprego

Ainda segundo a pesquisa, entre 2013 e 2016 os investimentos no setor industrial sofreram uma queda de 23,8%. Em valores reais (deflacionados a preços de 2016), em 2013 os investimentos somaram R\$ 244 bilhões, e em 2016 totalizaram R\$ 185,9 bilhões.

Outra consequência do fechamento das empresas foi a redução de 1,3 milhão no número de postos de trabalho do setor industrial brasileiro. Em 2013, eram 9 milhões de empregados na indústria e em 2016 o total de empregados era de 7,7 milhões - uma queda de 14,25%.

“Comparando com 2015, as atividades que mais chamam atenção nessa questão da ocupação são: fabricação de produtos de minerais não metálicos (cimento, vidro, concreto, entre outros), fabricação de coque, derivados de petróleo e biocombustíveis e a fabricação de móveis”, disse o gerente da pesquisa, Jurandir Oliveira.



As indústrias brasileiras venderam menos nesse período. A receita líquida de vendas sofreu queda de 6,5% em 3 anos, passando de R\$ 3 trilhões em 2013 para R\$ 2,8 trilhões em 2016, segundo o IBGE.

Vendas da indústria

Segundo o IBGE, em 2016, as atividades com as maiores participações nas vendas industriais foram: produtos alimentícios (19,9%), produtos químicos (11,1%), coque, derivados do petróleo e biocombustíveis (10,2%), veículos automotores, reboques e carrocerias (8,5%) e metalurgia (6,2%).

O instituto destacou que, na comparação com 2015, produtos alimentícios foi o setor que mais ganhou participação nas vendas (17,4% para 19,9%). Já coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis foi a que mais perdeu (11,1% para 10,2%).

No mesmo período, desodorante foi o produto que mais subiu no ranking da indústria - passou da 146ª para a 90ª colocação. Já massa de concreto para construção foi o que mais perdeu, saindo da 36ª para 68ª posição.

Indústria Naval

A derrocada do setor petrolífero no Brasil durante a crise econômica fez com que a indústria naval tivesse a maior retração dentro do setor industrial.

Em dois anos, entre 2014 e 2016, quase metade das vagas na construção de embarcações foram fechadas no país. Neste período, o pessoal ocupado na área de caiu de 61.543 para 31.505, uma queda de 49%.

No Rio de Janeiro, a redução da mão de obra foi ainda maior no ramo naval: 74,2% dos postos de trabalho foram fechados entre 2014 e 2016, conforme destacou o IBGE. O número de pessoas ocupadas no setor caiu de 31.271 para 8.092.

O valor real bruto da produção industrial no setor naval caiu 71%, entre 2014 e 2016, passando de R\$ 6,8 bilhões para R\$ 1,97 bilhões.

“A gente sabe que a indústria naval teve o crescimento impulsionado, principalmente, pelas embarcações e flutuantes para a indústria do petróleo. Quando vamos observar o nível de

investimento do petróleo e do refino, vemos uma queda bastante considerável de 2015 a 2016 e isso provavelmente se reflete nos novos contratos do setor naval. Podemos relacionar isso à queda da mão de obra e no próprio valor bruto da produção industrial”, explicou o gerente da pesquisa, Jurandir Oliveira.

Pesquisa aponta que 92% das empresas do País esperam mais receita e patrimônio até 2020

21/06/2018 – Fonte: Diário do Comércio

Apesar do momento de incertezas no mercado, as empresas brasileiras acreditam que, até 2020, conseguirão ampliar a receita líquida e o patrimônio. Pesquisa realizada pela consultoria Deloitte, em parceria com o Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (Ibri), aponta que 92% acreditam no crescimento. Já 80% dos pesquisados planejam ampliar seus ativos permanentes.

O estudo, contudo, foi realizado entre os meses de abril e maio, antes da greve dos caminhoneiros e do aumento da volatilidade do mercado, que também cresceu por fatores externos, como o acirramento da guerra comercial entre China e Estados Unidos.

“As empresas devem ficar mais cautelosas, mas não muda a tendência”, afirmou o diretor-presidente do Ibri, Guilherme Setubal Souza e Silva, em coletiva de imprensa.

O levantamento contou com a participação de 224 profissionais, sendo 167 da área de finanças, controladoria, contabilidade e novos negócios; 35 de relações com investidores, 19 da área de gestão de fundos e carteiras de investimento e de reorganização de empresas; além de quatro juízes.

Outro dado apontado pela pesquisa foi que, entre os anos de 2015 e 2017, 59% das empresas ampliaram o movimento de renegociação de dívida com seus clientes. Já 57% acreditam que essas negociações devem crescer ao longo dos próximos dois anos. O levantamento mostra que 97% das empresas consultadas não venderam sua carteira de clientes inadimplentes.

Fornecedores - A negociação com fornecedores também entrou na linha de frente das companhias. No período estudado, 45% intensificaram a renegociação de contratos com fornecedores. Já a renegociação com as instituições financeiras foi um caminho escolhido por 27% das empresas, entre o período de 2015 e 2017. A projeção, segundo a Deloitte, é de que esse número se mantenha até 2020.

Ainda para o intervalo de 2018 a 2020, as empresas consultadas têm a expectativa de, por exemplo, reduzir o endividamento.

Nos últimos anos, as empresas aprimoraram a gestão de governança, para enfrentar o período de crise, melhoraram a gestão de riscos, realizaram uma revisão sobre o retorno de seus ativos e, por fim, desenvolveram a forma de comunicação com o mercado e suas partes interessadas.

Indústria: reajuste “salgado” da energia impactará preços ao consumidor

21/06/2018 – Fonte: Gazeta do Povo (publicado em 20-06-2018)

Setor de produção será o mais afetado pelo reajuste bem acima da inflação e deve repassar o aumento de custos para os produtos; preço da energia está provocando “fuga” para o “mercado livre”

Jacinto Cianfarano, diretor-superintendente da Adesi, fábrica de embalagens em Araucária, comemora a redução de custos de energia com a compra no mercado livre

No domingo (24), quando o novo valor das tarifas cobradas pela Copel passar a valer, a indústria de transformação será o setor que mais sentirá o impacto do aumento de preços: enquanto o consumidor residencial pagará faturas 15,06% mais caras, o usuário de alta tensão receberá uma conta 17,55% maior.

Mas se engana quem pensa que o efeito do reajuste – autorizado acima da inflação, por considerar os insumos e dados específicos do setor – ficará restrito ao aumento na própria conta de luz. Um efeito em cadeia, com repasse de custos ao consumidor, terá início.



No Paraná, a indústria representa 75 mil unidades clientes da Copel – já foi bem mais, mas muitas estão saindo do mercado cativo de energia, aquele em que o consumidor não tem direito de escolher de quem comprar o serviço – frente as 3,7 milhões de unidades residenciais. Contudo, enquanto as casas usam 23,7% da energia vendida pela estatal, o setor industrial consome 37,6% do que é comercializado pela empresa.

“Gastadora” em larga escala, a indústria sentiu mais profundamente a sequência, ano a ano, de reajustes pesados no preço da energia elétrica. Algumas, que são chamadas de eletrointensivas, comprometendo uma fatia maior do custo de produção, foram mais fortemente impactadas.

A Federação das Indústrias do Paraná (Fiep), as empresas da área de metalurgia, têxtil e de produtos de madeira são as que o reajuste terá maior peso nas despesas. De acordo com João Arthur Mohr, consultor de Infraestrutura da Fiep, os custos mais altos serão repassados aos valores dos produtos, gerando um efeito em cadeia.

Os reajustes anteriores e a perspectiva de que o preço da energia vai subir mais 40% nos próximos sete anos levaram muitas indústrias a buscarem alternativas. Além de apostar em eficiência energética, reduzindo o volume de consumo, a primeira opção tem sido a autogeração – ou seja, investir em sistemas que permitam o uso, por exemplo, de restos da própria produção para ter uma fonte de energia. É o caso da biomassa na indústria madeireira.

Quem não consegue virar um produtor energético pode investir na associação com fazendas solares, parques eólicos e outros tipos de geração renovável. A terceira opção que tem sido usada pelas indústrias que querem fugir do mercado cativo é a compra de energia no mercado livre. Essa alternativa está disponível, em linhas gerais, apenas para quem gasta mais de R\$ 100 mil por mês com energia elétrica.

É o caso da Adesi, fábrica de embalagens em Araucária. Ao migrar para o mercado livre, conseguiu reduzir consideravelmente os gastos. Diretor-superintendente da empresa, Jacinto Cianfarano conta que a despesa ficava em R\$ 140 mil por mês e caiu para R\$ 100 mil. “Foi um ótimo negócio”, comemora. Para ele, uma das principais vantagens é trabalhar com a previsibilidade dos custos. Para fundir papel e plástico,

produzindo embalagens impermeáveis, a indústria depende de um maquinário pesado, que consome muita energia.

De acordo com Fernando Umbria, diretor de Operações da Electra Energy, esse movimento de migração aumentou 200% entre os compradores de médio porte, a partir de 2015, motivados pelo preço da energia. O tamanho da economia depende muito do tipo de contrato e das condições de cada empresa, mas, em média, a energia comprada no mercado livre fica 20% mais barata. Para Mohr, apostar uma solução para o setor é essencial para manter a competitividade da indústria nacional.

“Esses reajustes em são representam um grande problema para o custo de energia no Brasil, que já tem a quinta energia mais cara do mundo”, comenta. Uma das medidas tomadas pelo setor industrial é pressionar o governo federal, mas principalmente o Congresso, para mudar alguns aspectos do sistema energético, buscando a redução de impostos e da carga de subsídios, por exemplo, que representam metade do preço da energia.

FGV: País tem déficit comercial de manufaturados de US\$ 25,4 bi de janeiro a maio

21/06/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Brasil acumulou déficit comercial de produtos manufaturados de US\$ 25,4 bilhões de janeiro a maio deste ano, resultado maior que o déficit registrado de janeiro a maio de 2017, quando havia ficado em US\$ 18,9 bilhões. Os dados são do Indicador do Comércio Exterior (Icomex), divulgado nesta quinta-feira, 21, pela Fundação Getulio Vargas (FGV).

“O crescimento das importações de manufaturas poderá arrefecer nos próximos meses à medida que sejam confirmadas as previsões de queda no nível de atividade e aumento no grau de incerteza na economia associado ao cenário eleitoral.

Os produtores irão atrasar planos de investimentos e compras de insumos num cenário de câmbio volátil. Do lado das exportações, a desvalorização cambial impulsiona as vendas de manufaturas, mas deterioração das expectativas de crescimento do comércio mundial com o efeito Trump não ajuda.

Além disso, os nossos principais compradores de manufaturas enfrentam problemas”, apontou o Instituto Brasileiro de Economia da FGV (Ibre/FGV), em nota oficial.

Segundo o relatório, a Argentina, destino de 19,8% das exportações de manufaturas brasileiras de janeiro a maio de 2018, deverá crescer menos do que o esperado com o programa de ajuste do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Ao mesmo tempo, os Estados Unidos, que receberam 18,4%, das manufaturas brasileiras no mesmo período, poderá sobretaxar não só o aço, mas outros produtos.

De janeiro a maio deste ano, as exportações de commodities cresceram 3,9% em relação ao mesmo período do ano passado, enquanto as exportações de não commodities aumentaram 10,8%. No mês de maio, as exportações de commodities aumentaram 6,0% em relação ao mesmo mês de 2017, puxadas pelos combustíveis, e de não commodities registraram queda de 16%.

“No momento, o cenário é de incertezas e consideramos que projeções ao redor de um superávit para a balança comercial de US\$ 55 bilhões são factíveis”, estimou o Ibre/FGV.

Caged: 33 mil novos empregos formais foram criados em abril

21/06/2018 – Fonte: Agência Brasil (publicado em 20-06-2018)

O acumulado é de 380 mil postos de trabalho em 2018

O presidente Michel Temer antecipou há pouco os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do mês de maio. Por meio de sua conta pessoal no Twitter, ele disse que no mês passado foram criados mais de 33 mil empregos formais, o que gerou um resultado acumulado de 380 mil postos de trabalho em 2018.

Os dados são divulgados mensalmente pelo ministério do Trabalho. Nesta quarta-feira, a assessoria da pasta havia agendado que às 17h publicaria as informações no site do órgão. No mês passado, os números também foram anunciados por Temer durante cerimônia ocorrida em São Paulo.

A criação de novas vagas em abril naquele mês chegou a quase 116 mil, dado que foi comemorado pelo presidente dentre outros números econômicos que demonstram otimismo com a saída do país da recessão econômica.

Geração de emprego formal cai em maio e é a pior do ano

21/06/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 20-06-2018)

Governo divulgou a criação de 33,7 mil vagas com carteira assinada no mês passado

O Brasil registrou, em maio, o pior resultado do emprego formal em 2018, de acordo com dados do Ministério do Trabalho.

A criação de 33,7 mil empregos com carteira assinada no mês passado caiu em relação a maio de 2017, quando foram gerados 34,3 postos de trabalho. Apesar da pequena diferença, foi a primeira vez que um resultado mensal em 2018 ficou abaixo do patamar de 2017.

Nos primeiros meses do ano, o presidente Michel Temer comemorou a criação de mais empregos que em 2017. Quando o governo divulgou a criação de 115 mil empregos em abril, que foi o melhor resultado para o mês desde 2013, Temer comemorou em rede social: "Os defensores da crise perderam. O otimismo voltou", escreveu no Twitter.

Nesta quarta-feira (20), o presidente antecipou o resultado na rede social, mas não chegou a fazer uma avaliação dos números.

Os dados do Ministério do Trabalho mostram que o saldo positivo em maio foi puxado pela agropecuária, com criação de 29,3 mil vagas, e serviços, com 18,6 mil. A construção civil fez 3,2 mil novas contratações.

O pior resultado foi registrado no comércio, que encerrou 11,9 mil empregos. Em seguida, aparece a indústria de transformação, cujas demissões superaram as contratações em 6,5 mil.

Entre as regiões, Sudeste e Nordeste registraram saldos mais altos, de 30,8 mil e 10,7 mil, respectivamente. O Norte teve resultado positivo de 1,6 mil e o Centro-Oeste, de 3,9 mil. O Sul foi o único que fechou vagas (13,4 mil).

Paraná cria 38,7 mil vagas de emprego formal em cinco meses

21/06/2018 – Fonte: Bem Paraná (publicado em 20-06-2018)

Em maio, estado registrou o quinto mês consecutivo de alta no Caged, com 1,8 mil vagas



O Paraná abriu 38.699 vagas com carteira assinada de janeiro a maio de 2018, de acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgados ontem pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O saldo, medido pela diferença entre admitidos e demitidos, foi o melhor resultado desde 2014, quando a diferença havia sido de 65.112.

O resultado positivo é fruto de um total de 507.448 admissões diante de 468.749 desligamentos registrados nos primeiros cinco meses do ano. Apenas em maio, quinto mês consecutivo em que o emprego formal registrou crescimento no estado, foram criados 1.798 novos postos de trabalho (94.579 admissões e 92.781 desligamentos).

Se considerados os últimos 12 meses, o cenário que se apresenta é um pouco menos animador, com a abertura de 24.021 novas vagas de emprego formal (1.114.792 admissões e 1.090.771 desligamentos).

De acordo com o ministro do Trabalho, Helton Yomura, os números demonstram que as medidas econômicas adotadas pelo governo federal estariam apresentando resultado. “Mesmo com problemas pontuais, como a greve dos caminhoneiros, que afetou a economia como um todo, novos postos de trabalho continuaram a ser gerados. Isso confirma a robustez de nossa economia e o esforço de todos – governo, empresários e trabalhadores – para vencermos o desemprego”, avalia.

Outro dado positivo para o ano de 2018 é que dos oito setores econômicos avaliados, seis registraram alta. Ou seja, quase todas as áreas da economia tiveram expansão no ano. Houve criação de vagas em Serviços (+ 23.071 vagas), indústria de transformação (+ 11.195), construção civil (+ 3.707), agropecuária (+ 940), Serviços Industriais de Utilidade Pública (+ 352) e extrativa mineral (+ 67). Foram registradas quedas no nível de emprego apenas nos setores do comércio (- 456) e da administração pública (-177).

O principal destaque positivo foi o setor de serviços, que criou 3.010 postos de trabalho, seguido pelo setor da construção civil, que fechou o mês com saldo positivo de 773 vagas.

Estado foi o terceiro em desligamentos mediante acordo

Em maio de 2018, houve 14.576 desligamentos mediante acordo entre empregador e empregado, envolvendo 10.537 estabelecimentos. Um total de 20 empregados realizou mais de um desligamento mediante acordo com o empregador. Essa é uma das modalidades criadas a partir da Modernização Trabalhista (Lei nº 13.467/2017).

Da perspectiva territorial, São Paulo registrou a maior quantidade de desligamentos (4.247), seguido por Rio de Janeiro (1.603), Paraná (1.482), Rio Grande do Sul (1.163), Santa Catarina (1.141) e Minas Gerais (1.077).

Do ponto de vista setorial, os desligamentos por acordo ocorreram nos Serviços (6.801 desligamentos), Comércio (3.733), Indústria de transformação (2.474), Construção Civil (927), Agropecuária (490), Serviços Industriais de Utilidade Pública (Siup) (101), Extrativa Mineral (34) e Administração Pública (16).

BRF concede férias coletivas a 5,6 mil funcionários de 4 fábricas no Sul do país

21/06/2018 – Fonte: R7 (publicado em 20-06-2018)

A empresa de alimentos BRF informou nesta quarta-feira que concedeu férias coletivas a 5,6 mil empregados de quatro fábricas no Sul do país, enquanto tenta ajustar a produção aos efeitos da greve dos caminhoneiros.

Cerca de 1.400 empregados na unidade de Chapecó (SC) terão férias coletivas de 30 dias. Já na unidade de Lajeado (RS) aproximadamente mil empregados da produção ficarão afastados por 10 dias.

Na fábrica de Concórdia (SC), as férias coletivas vão durar 12 dias e envolverão cerca de 1.700 colaboradores da produção de frangos. Por fim, a planta gaúcha de Serafina Correa terá aproximadamente 1,5 mil empregados em férias por 10 dias.

Petrobras enfrenta nesta quinta-feira ação trabalhista bilionária no TST

21/06/2018 – Fonte: G1 (publicado em 20-06-2018)

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) julga nesta quinta-feira (21) uma ação de alto risco para o balanço da Petrobras. Trata-se de ação trabalhista que pode levar a um reajuste de até 50% no salário de quase 60 mil empregados da companhia.

O custo total está estimado em R\$15,2 bilhões, referente ao passado, e R\$ 2 bilhões por ano daqui para frente.

Para comparar: o custo da ação trabalhista, caso a Petrobras perca a causa, é quase o dobro do que o governo está gastando com o subsídio ao óleo diesel acertado no acordo com os caminhoneiros para encerrar a greve que paralisou o país por 11 dias no mês passado.

Outra comparação: no ano passado, mesmo com a política de preços de mercado para os combustíveis, e que levou aos frequentes aumentos no preço da gasolina e do diesel, a Petrobras registrou um prejuízo de R\$ 446 milhões em seu balanço.

Os trabalhadores reivindicam recálculo para os adicionais por trabalho noturno, sobreaviso e confinamento (período prolongado de permanência nas plataformas marítimas).

Os critérios para esses adicionais de remuneração foram fixados em acordo coletivo de 2007. Mas, em 2011, começaram a chegar as primeiras ações no TST solicitando mudanças na forma de cálculo.

São mais de 50 mil ações. Caso o TST decida favoravelmente aos trabalhadores, serão beneficiados os empregados da ativa e os aposentados.

O salário de trabalhador de nível médio em plataforma de exploração e produção de petróleo passaria de R\$ 11.300 para R\$ 16.200, com aumento de 43%. Já o salário para quem tem mais de 20 anos, passaria de R\$ 16.400 para R\$ 22.400, com aumento de 36,5%.

Presidente Temer afirma que Brasil abriu mais 33 mil vagas formais de emprego em maio

21/06/2018 – Fonte: Diário do Comércio

O Brasil abriu mais de 33 mil vagas formais de emprego em maio, com forte desaceleração em relação ao mês anterior, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgado ontem pelo presidente Michel Temer pelo Twitter, quinto resultado mensal positivo consecutivo.

“Acabo de receber os números do Caged. Foram criados mais de 33 mil empregos formais no mês de maio no Brasil, com destaque para o Sudeste e Nordeste. No acumulado do ano, passamos de 380 mil novos postos de trabalho”, escreveu o presidente.

À tarde, o Ministério do Trabalho divulgou os números em detalhes, informando que foram abertas 33.659 vagas de trabalho formais em maio. No acumulado do ano, o número chega a 381.166 mil de postos abertos.

O dado representa uma queda de, pelo menos, 72% ante o mês de abril, quando foram gerados 121.146 postos com carteira assinada, e de 25% em relação ao total de 44.844 vagas formais de maio do ano passado, de acordo com os dados revisados pelo ministério.

O resultado do mês passado engloba o período da greve dos caminhoneiros, que durou 11 dias no fim de maio, causando forte desabastecimento no país e afetando as projeções de crescimento econômico para este ano.

Dos oito setores pesquisados, seis ficaram no azul, foram eles: agropecuária (+29.302 vagas), Serviços (+18.577 vagas), construção civil (+3.181 vagas), serviços industriais de utilidade pública (+555 vagas), extrativa mineral (+230 vagas) e administração pública (+197 vagas).

O destaque do setor agropecuário foi o plantio de café, que abriu 25.411 mil vagas em maio. Em seguida aparecem o cultivo de laranja (+6.038 postos), criação de bovinos (+1.589 postos) e produção florestal-florestas plantadas (+877 postos).

Comércio - Por outro lado, registraram queda o setor do comércio (-11.919 vagas) e o da indústria de transformação (-6.464 vagas). No caso do comércio, o resultado foi causado em grande medida pelo subsetor comércio varejista, que terminou maio com saldo de 9.710 postos fechados.

No âmbito da reforma trabalhista, foram criadas 3.220 vagas de trabalho intermitente e 1.981 de trabalho em regime de tempo parcial no mês.

A atividade vem mostrando perda de fôlego desde os primeiros meses de 2018, diante do desemprego ainda elevado e renda afetada.

Pesquisa Focus do Banco Central, que ouve uma centena de economistas todas as semanas, mostrou que a projeção para a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) estava em 1,76% neste ano, frente a 3% alguns meses antes.

Aprovado texto-base de lei que permite a caminhoneiros ter o dobro de pontos na carteira

21/06/2018 – Fonte: Gazeta do Povo (publicado em 20-06-2018)

Marco Regulatório do Transporte de Cargas prevê pontuação máxima na carteira de motorista dos caminhoneiros de 40 pontos



Albari Rosa/Gazeta do Povo

A Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira, 20, o texto-base do projeto de lei conhecido como Marco Regulatório do Transporte de Cargas, uma das reivindicações dos caminhoneiros para por fim à greve da categoria deflagrada no fim de maio. O plenário da Casa continua votando outros destaques da proposta.

Entre os principais pontos está o aumento da pontuação máxima na carteira de motorista dos caminhoneiros de 20 para 40 pontos - exceto quando houver infrações graves ou gravíssimas. O projeto também prevê que o valor do pedágio não integre o preço do frete que os transportadores de carga recebem.

No entanto, o único destaque já aprovado refere-se a um dispositivo que estabelece a ausência de vínculo empregatício nas subcontratações de serviços de transporte. Ou seja, contratos celebrados entre quem contrata um serviço de transporte e o subcontratado não configura vínculo empregatício.

Câmara aprova marco regulatório dos caminhoneiros

21/06/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 20-06-2018)

O projeto, uma das exigências da greve, vai a análise do Senado Federal

A Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (20) o marco regulatório do transporte rodoviário, uma das exigências dos caminhoneiros e transportadoras que paralisaram o país em maio.

O projeto vai a análise do Senado Federal.

Um dos pontos polêmicos do texto determina que o vínculo entre o caminhoneiro e as transportadoras não é empregatício, mas de prestação de serviços.

Além disso, o marco também aumenta de 20 para 40 pontos o número máximo de pontos na carteira que podem ser acumulados condutor que exerça atividade remunerada no veículo.

Para conseguir acordo e votar o texto, o relator Nelson Marquezelli (PTB-SP), retirou do texto a previsão de anistia às multas tomadas pelos caminhoneiros durante a greve de 11 dias.

Apesar disso, o texto concede anistia a multas por evasão de fiscalização que tenham sido aplicadas até a data da aprovação da lei, transformando-as em advertências. O texto também prevê que o transporte de produtos perigosos seja feito por veículos de no máximo 15 anos e com reboques e caixas de carga de no máximo 20 anos. O limite para adequação da frota será de cinco anos.

Além disso, o relator prevê uma série de renúncias fiscais. Entre elas, fica determinado que os ganhos de vale-pedágio não são tributáveis.

De acordo com o texto aprovado na Câmara, ainda, serão descontados do pagamento de PIS/Cofins sobre o frete o valor do pedágio pago.

Outro artigo retirado pelo relator dizia que caso a fiscalização de fronteiras estivesse inoperante, o condutor seria liberado, tendo que enviar documentação sete dias depois. De acordo com o governo, isso poderia causar caos das aduanas e permitir o aumento da entrada de contrabando e produtos ilegais no país.

Caminhoneiros concordam com Marco Regulatório do Transporte de Cargas

21/06/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 20-06-2018)

Representantes do movimento dos caminhoneiros avaliaram positivamente a aprovação do Marco Regulatório do Transporte de Cargas pela Câmara dos Deputados.

“É muito importante para a categoria os itens que estão lá dentro, a referência de troca de frota”, disse o líder autônomo Wallace Landim, o “Chorão”. “Foi importante a aprovação, para a categoria.”

O presidente da Confederação Nacional de Transportadores Autônomos (CNTA), Diumar Bueno, contou que a categoria não concordava com as versões iniciais do projeto. Mas que, com as correções feitas na reta final, isso mudou.

“Entendemos que o marco é importante, mas não da forma como estava sendo apresentado o texto”, disse. “Nós recebemos ontem a correção desse texto e, nessa linha, apoiamos a aprovação do marco regulatório.”

Autônomos rejeitam tabela de referência

21/06/2018 – Fonte: Diário do Comércio

Após participar da audiência de conciliação no Supremo Tribunal Federal (STF) que discutiu a constitucionalidade do tabelamento do frete, o presidente da Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos (CNTA), Diumar Bueno, afirmou que a categoria não concorda com uma tabela de referência de preço de frete, como propõem a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). “Nós reivindicamos o preço mínimo”, afirmou.

Acima desse preço mínimo, afirmou, poderia ocorrer a livre pactuação, que é defendida pelas entidades empresariais. O dirigente comentou que agora ficou claro para empresários, governo e opinião pública que há uma distorção muito grande na contratação de frete. Ele se refere à relação entre os caminhoneiros autônomos e transportadoras.

Esse problema foi ressaltado também pelo presidente da CNI, Robson Andrade, que sugeriu a necessidade de o governo adotar subsídios ou outros mecanismos para lidar com a questão da renda dos caminhoneiros. “99% da categoria presta serviços por meio de transportadoras”, afirmou Diumar. Ele disse ainda que apoia o marco regulatório do transporte de carga aprovado ontem na Câmara.

Ocepar - O presidente do Sistema de cooperativas Ocepar, José Roberto Ricken, diz que a decisão da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) de abrir consulta pública até 3 de agosto para discutir a tabela de preços mínimos para fretes gera ainda mais preocupação.

“É hora de tomar uma decisão e não de postergá-la. Não podemos ficar esperando, pois vivemos um momento crítico e os produtores e cooperativas precisam se planejar para a próxima safra de verão”, disse em nota publicada no site da Ocepar antes da decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux, que, em audiência de conciliação sobre os fretes, também adiou a definição, marcando nova reunião para a semana que vem.

“Caso não saia uma decisão por parte do ministro Luiz Fux do Supremo Tribunal Federal (STF) e fiquemos no aguardo de uma consulta pública até agosto, gostaríamos de saber como faremos para trazer as 450 mil toneladas de fertilizantes que estão paradas atualmente, em 18 navios em Paranaguá, à espera de um acordo na tabela do frete para que sejam transportadas até as cooperativas e produtores”, acrescenta no comunicado.

Marco regulatório - A Câmara dos Deputados aprovou ontem o projeto de lei conhecido como marco regulatório do transporte de cargas, uma das reivindicações dos caminhoneiros para pôr fim à greve da categoria deflagrada no final de maio e que durou 11 dias. A proposta estabelece uma série de regras para o transporte de carga rodoviária. O projeto segue agora para a apreciação do Senado Federal.

Copom mantém taxa de juros em 6,5% e culpa greve dos caminhoneiros

21/06/2018 – Fonte: Gazeta do Povo (publicado em 20-06-2018)

Comitê de Política Monetária do BC também explicou que retomada do crescimento está lenta, reformas não saem do papel e cenário externo ficou instável



Caminhões parados em maio: Copom diz que greve vai gerar inflação temporária e que impactos sobre a economia ainda não estão claros. Roberto Parizotti/Fotos Públicas

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) decidiu nesta quarta-feira (20), por unanimidade, manter a taxa Selic em 6,50% ao ano. A pressão inflacionária provocada pela greve dos caminhoneiros, que causou desabastecimento no país, foi um dos motivos que levaram o Copom a manter a Selic inalterada.

É o segundo mês seguido que o Copom não mexe nos juros. Em maio, o BC surpreendeu o mercado ao tomar essa posição, pois a expectativa era de que cortasse os juros para 6,25%.

Para BC, impacto da greve dos caminhoneiros ainda não está claro

Em nota, o Copom justificou que a recuperação da economia brasileira está num ritmo menor do que o esperado. E citou a greve dos caminhoneiros como um dos fatores para manter os juros: “A paralisação no setor de transporte de cargas no mês de maio dificulta a leitura da evolução recente da atividade econômica. Dados referentes ao mês de abril sugerem atividade mais consistente que nos meses anteriores. Entretanto, indicadores referentes a maio e, possivelmente, junho deverão refletir os

efeitos da referida paralisação. O cenário básico contempla continuidade do processo de recuperação da economia brasileira, em ritmo mais gradual”.

O BC destacou ainda que a greve dos caminhoneiros trouxe a preocupação de que haja uma alta temporária da inflação – embora as taxas de reajuste de preços em geral estejam baixas. Segundo o Comitê, a previsão de inflação para 2018 é de 3,9%. Para 2019, de 4,1%

Outro fator elencado pelo Copom para manter a Selic foi “a frustração das expectativas sobre a continuidade das reformas e ajustes necessários na economia brasileira”.

O Copom também destacou que o cenário externo está instável, exigindo prudência para que não haja fuga de capitais do Brasil. “A evolução dos riscos, em grande parte associados à normalização das taxas de juros em algumas economias avançadas, produziu ajustes nos mercados financeiros internacionais. Como resultado, houve redução do apetite ao risco em relação a economias emergentes”.

Taxa de juros deve se manter a mesma até o fim do ano

O BC projetou ainda que a Selic vai se manter em 6,50% até o fim do ano e, para 2019, tende a subir para 8,0%. O dólar deve fechar 2018 em R\$ 3,63 e ficar em R\$ 3,60 em 2019. No cenário com juros constantes a 6,50% a.a. e taxa de câmbio constante a R\$/US\$ 3,70*, as projeções situam-se em torno de 4,2% para 2018 e 4,1% para 2019.

Votaram por essa decisão os seguintes membros do Comitê: Ilan Goldfajn (Presidente), Carlos Viana de Carvalho, Carolina de Assis Barros, Maurício Costa de Moura, Otávio Ribeiro Damaso, Paulo Sérgio Neves de Souza, Reinaldo Le Grazie, Sidnei Corrêa Marques e Tiago Couto Berriel.

Urgência de decreto que permite venda direta de etanol é rejeitada

21/06/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 20-06-2018)

O plenário da Câmara dos Deputados rejeitou na noite desta quarta-feira, 20, a urgência do projeto de decreto legislativo que permite a venda direta de etanol pelos produtores aos postos de combustíveis. Eram necessários 257 votos favoráveis para a urgência, mas só houve 213 apoios. Outros 98 deputados votaram não e três se abstiveram.

Vice-líder do governo, o deputado Beto Mansur (PRB-SP), disse que a votação da urgência era desnecessária. “Isso é um jabuti eleitoral”, afirmou.

A proposta em apreciação foi apresentada pelos deputados, mas o projeto de decreto aprovado ontem no Senado Federal deve tramitar em conjunto.

A estratégia dos parlamentares é apressar a aprovação do decreto, que terá efeitos imediatos e não pode ser sustado pelo Executivo. Com a urgência, ele ganharia prioridade e poderia ser votado diretamente no plenário, sem passar por comissões.

Só depois da aprovação do decreto é que um projeto de lei minimizando o impacto fiscal da medida será colocado em pauta. A ideia é obrigar o governo a aprovar essa proposta para conseguir ao menos recompor as receitas que seriam perdidas com a venda direta.

Se a Câmara optasse por votar diretamente o projeto de lei, ele poderia ser vetado pelo presidente Michel Temer. A aprovação do decreto primeiro acaba fazendo com que o governo precise aprovar o projeto de lei para reverter perdas.

O deputado Evandro Gussi (PV-SP) disse que o governo vai perder R\$ 2,8 bilhões em receitas com a aprovação do decreto.

Senado aprova urgência para decreto de indústria de bebidas

21/06/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 20-06-2018)

O plenário da Câmara dos Deputados rejeitou na noite desta quarta-feira, 20, a urgência do projeto de decreto legislativo que permite a venda direta de etanol pelos produtores aos postos de combustíveis. Eram necessários 257 votos favoráveis para a urgência, mas só houve 213 apoios. Outros 98 deputados votaram não e três se abstiveram.

Vice-líder do governo, o deputado Beto Mansur (PRB-SP), disse que a votação da urgência era desnecessária. "Isso é um jabuti eleitoral", afirmou.

A proposta em apreciação foi apresentada pelos deputados, mas o projeto de decreto aprovado ontem no Senado Federal deve tramitar em conjunto.

A estratégia dos parlamentares é apressar a aprovação do decreto, que terá efeitos imediatos e não pode ser sustado pelo Executivo. Com a urgência, ele ganharia prioridade e poderia ser votado diretamente no plenário, sem passar por comissões.

Só depois da aprovação do decreto é que um projeto de lei minimizando o impacto fiscal da medida será colocado em pauta. A ideia é obrigar o governo a aprovar essa proposta para conseguir ao menos recompor as receitas que seriam perdidas com a venda direta.

Se a Câmara optasse por votar diretamente o projeto de lei, ele poderia ser vetado pelo presidente Michel Temer. A aprovação do decreto primeiro acaba fazendo com que o governo precise aprovar o projeto de lei para reverter perdas.

O deputado Evandro Gussi (PV-SP) disse que o governo vai perder R\$ 2,8 bilhões em receitas com a aprovação do decreto.

Paralisação afetou crédito a empresa pelo BB, diz presidente do banco

21/06/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 20-06-2018)

Empréstimos a pessoas não foram impactados, segundo Paulo Caffarelli



O presidente do BB, Paulo Caffarelli, no Palácio do Planalto –

As concessões de crédito do Banco do Brasil a empresas recuaram após a paralisação dos caminhoneiros, afirmou o presidente do banco, Paulo Caffarelli, nesta quarta-feira (20). Já os empréstimos a pessoas não foram impactados.

No entanto, o presidente diz que o volume desembolsado pelo banco ao segmento pessoa jurídica neste ano ainda é maior que o do ano passado e, para ele, a tendência é que a demanda volte à normalidade assim que os efeitos dos bloqueios nas estradas se dissiparem.

Nesta quinta-feira (21), o início do movimento que parou o país completa um mês. Para acabar com a paralisação, após dez dias de manifestações, o governo cedeu a todos os pedidos dos caminhoneiros, entre eles a redução do preço do diesel nas

bombas e a criação de uma tabela de preços mínimos de frete. O custo do combustível, no entanto, não caiu como prometido e a tabela de frete está sob forte questionamento, dificultando a retomada do escoamento da produção do país.

Caffarelli disse que a desaceleração da economia não deve ter impacto sobre os empréstimos do banco. O BB prevê que o PIB crescerá 1,7% neste ano, abaixo dos 3% projetados inicialmente. Para ele, dado o processo de recuperação da economia, o avanço de 1,7% não deixa de ser um crescimento importante.

Após greve dos caminhoneiros, prévia da inflação oficial dispara

21/06/2018 – Fonte: R7

Aceleração foi pressionada pelo aumento nos preços dos alimentos e bebidas, energia elétrica e transportes



A prévia da inflação disparou no mês de junho, segundo os dados divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) nesta quinta-feira (21).

Este é o primeiro resultado divulgado depois da greve dos caminhoneiros, que mobilizou a categoria em todo país no final de maio.

A prévia da inflação (IPCA-15) registrou 1,1%, enquanto o resultado no mês de maio foi de 0,14%. Em comparação com junho de 2017, também houve aceleração. A prévia da inflação oficial no período foi de 0,16%.

O aumento foi pressionado pelo aumento nos preços dos alimentos e bebidas, energia elétrica e transportes.

Alguns dos itens que foram impactados com a inflação foram a batata inglesa (45,12%), cebola (19,95%), tomate (14,15%), leite longa vida (5,59%), carnes (2,35%) e frutas (2,03%).

No grupo dos transportes (1,95%), a gasolina foi a maior responsável pela aceleração da inflação. Os combustíveis subiram 5,94% em junho, enquanto a gasolina registrou aceleração de 6,98%.

A energia elétrica registrou variação de 5,44%, por causa da implementação da bandeira vermelha nas contas de luz, além dos reajustes em Belo Horizonte, Recife, Salvador, Fortaleza e Porto Alegre.

O IBGE coletou os dados para o IPCA-15 entre os dias 16 de maio e 13 de junho deste ano.

O indicador se refere às famílias com rendimento de 1 a 40 salários mínimos das regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, São Paulo, Belém, Fortaleza, Salvador e Curitiba, além de Brasília e Goiânia.

Tabela de frete aumenta preço do feijão e do arroz, diz CNA

21/06/2018 – Fonte: Agência Brasil (publicado em 20-06-2018)

Representantes da entidade se reuniram com o ministro Luiz Fux, do STF

Em audiência com o ministro Luiz Fux no Supremo Tribunal Federal (STF), nesta quarta-feira (20), a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) apresentou dados de sua filiadas segundo os quais o tabelamento do frete tem causado um aumento no preço do arroz e do feijão diretamente na mesa do brasileiro.

Segundo a CNA, o aumento entre 35% e 50% no frete do arroz tem provocado uma alta de 10% no preço ao consumidor final. No caso do feijão, o reajuste pode chegar a 20%, de acordo com a entidade.

Além do custo do frete, a alta nos preços tem sido provocada pela menor oferta, pois os produtores estão evitando transportar suas mercadorias enquanto o impasse sobre a tabela não é resolvido, de acordo com a CNA. Nos setores de soja e milho, o prejuízo acumulado nos últimos 20 dias com a redução do escoamento de safra foi de R\$ 10 bilhões, segundo a entidade.

Para representantes dos caminhoneiros, os produtores promovem uma "greve branca", represando mercadorias com o objetivo de pressionar o governo a recuar da tabela.

A audiência desta quarta foi marcada por Fux após a CNA, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Associação do Transporte Rodoviário do Brasil (ATR Brasil) abrirem três ações diretas de inconstitucionalidade (ADI) no STF contra a Medida Provisória 832, editada em 27 de maio, que prevê a tabela de preços mínimo para o frete rodoviário.

As entidades alegam que a tabela fere os princípios constitucionais da livre concorrência e da livre iniciativa, sendo uma interferência indevida do governo na atividade econômica. Fux é o relator das ações.

Ao editar a tabela, o governo atendeu a uma das reivindicações dos caminhoneiros, que paralisaram suas atividades por 11 dias no mês passado, provocando uma crise de abastecimento no país.

Os caminhoneiros argumentam que a tabela é fundamental para garantir uma renda mínima e o sustento dos profissionais autônomos, que não têm conseguido cobrir os custos da atividade e não possuem nenhuma proteção como a oferecida pelo salário mínimo aos trabalhadores formais.

Inflação na paralisação de caminhoneiros foi a maior em mais de 20 anos

21/06/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Alimentos, combustíveis e energia pressionam IPCA-15 em junho

Os preços de alimentos e combustíveis dispararam em meio à paralisação de caminhoneiros e pressionaram o IPCA-15 (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-15) de junho, indicador que serve de medida para a inflação oficial do país.

Dados do IBGE divulgados nesta quinta-feira (21) apontam que o índice subiu 1,11% entre 16 de maio a 13 de junho, na maior variação para o mês desde 1995, quando registrou 2,35%.

No ano, acumula alta de 2,35%, e em 12 meses, de 3,68%.

O movimento dos caminhoneiros, que reivindicavam, entre outras coisas, diminuição no preço do diesel, paralisou o país entre os dias 21 e 31 de maio, com os reflexos de desabastecimento se estendendo por junho.

Os grupos alimentação e bebidas (1,57%), habitação (1,74%) e transportes (1,95%) foram as principais influências para puxar o indicador.

A pesquisa captou forte alta na batata-inglesa (45,12%) e aumentos significativos também na cebola (19,95%), tomate (14,15%), leite longa vida (5,59%), carnes (2,35%) e frutas (2,03%). A alimentação fora de casa acelerou 0,29%, ante queda de 0,28% em maio.

Os combustíveis, dentro do grupo transportes, subiram 5,94% em junho, puxados pela gasolina (6,98%). O item foi responsável pelo maior impacto individual no índice, de 0,31 pontos percentuais, o que representou 28% do IPCA-15 de junho.

Entre os nove grupos do indicador, todos apresentaram alta em junho, exceto vestuário, que recuou 0,08%.

O IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), que mede a inflação oficial do país, já havia dobrado em maio —ficou em 0,4%—, impactado pela paralisação, sentida sobretudo no preço dos alimentos. Mas o IBGE havia afirmado que, como o movimento ocorreu na última semana do mês, os reflexos devem ser sentidos também no IPCA de junho.

Sem conexão direta com a crise de abastecimento, outro item que pesou no comportamento do IPCA-15 foi a energia elétrica (5,44%). Desde de 1º junho vigora a bandeira tarifária vermelha patamar 2, que adicionou a cobrança de R\$ 0,05 a cada kwh consumido. Além disso, aponta o IBGE, houve reajuste nas tarifas em Belo Horizonte, Recife, Salvador, Fortaleza e Porto Alegre.

Para o cálculo do IPCA-15, os preços foram coletados entre 16 de maio a 13 de junho de 2018 e comparados com aqueles vigentes de 14 de abril a 15 de maio de 2018. O indicador refere-se às famílias com rendimento de 1 a 40 salários mínimos e abrange as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, São Paulo, Belém, Fortaleza, Salvador e Curitiba, além de Brasília e Goiânia.

Com Selic a 6,5%, poupança bate maioria dos fundos

21/06/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 20-06-2018)

Veja simulações feitas pela Anefac com manutenção da taxa básica de juros

A manutenção da taxa básica de juros em 6,5% ao ano mantém a poupança como um investimento mais atrativo que a maioria dos fundos de investimento de renda fixa, em especial aqueles com taxas de administração mais altas, de acordo com simulações feitas pela Anefac (Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade).

Nesta quarta (20), o Copom (Comitê de Política Monetária) decidiu reduzir a Selic, em linha com a expectativa do mercado, em um cenário que considera a inflação sob controle e a atividade econômica ainda se recuperando no país.

A Anefac estima o rendimento mensal da poupança em 0,37% com a Selic a 6,5% ao ano.

Pelas contas da associação, fundos com taxa de até 0,5% ao ano têm rentabilidade maior que a da poupança, independentemente do prazo de resgate considerado. A

caderneta empata com fundos com taxa de 1% ao ano em caso de resgate em até seis meses e perde se o prazo for superior a esse período.

A poupança empata também com fundos com taxa de administração de 1,5% se o resgate for feito entre um e dois anos, e perde se o dinheiro for sacado acima de dois anos.

Já fundos com taxas iguais ou superiores a 2% ao ano perdem para a caderneta independentemente do prazo considerado.

Manutenção da Selic em 6,5% já era esperada pelo setor empresarial

21/06/2018 – Fonte: Agência Brasil (publicado em 20-06-2018)

A decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) de manter a taxa básica de juros, a Selic, em 6,5% ao ano não surpreendeu entidades empresariais do estado de São Paulo. Em nota, a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP) destacou que a decisão do BC optou por não “correr grandes riscos momentâneos, principalmente por se tratar de um ano eleitoral”.

A nota da entidade concorda que há “sinais amarelos” que podem justificar o fim do ciclo de quedas da taxa Selic, como o cenário internacional em que, apesar da liquidez elevada, se espera um aumento nas taxas de juros na Europa e nos Estados Unidos. A federação cita ainda a pressão no câmbio “que até agora não está bem esclarecida e não deixa o BC confortável no longo prazo”.

Aponta ainda, como fator complicador, a paralisação dos caminhoneiros. Na avaliação da entidade, a mobilização gerou efeitos negativos como a redução da confiança do consumidor e alta momentânea dos alimentos, além de “incertezas nos ambientes social e político”.

A FecomercioSP destaca que sempre apoiou o processo de redução de juros e diz esperar que “no médio prazo, o país termine de fazer seu ajuste fiscal, permitindo não só a queda mais acentuada da taxa, como também impedindo que em 2019 o Brasil tenha que passar por outro ciclo de alta da Selic”.

A Associação Comercial de São Paulo (ACSP) avaliou a decisão como acertada, “visto que a inflação está bem abaixo do centro da meta”. O presidente da entidade, Alencar Burti, que também preside a Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo (Facesp), acredita que a taxa deve ficar neste patamar até o fim do ano, considerando o “ritmo fraco” da atividade econômica. Para Burti, mesmo que a inflação suba, como resultado da greve dos caminhoneiros, ela deve se manter abaixo do centro da meta de 4,5%.

Custo do crédito

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) avalia que, apesar de o BC ter mantido a Selic em seu menor nível histórico, o “custo do crédito para o tomador final continua alto”. A nota da entidade assinada pelo presidente em exercício José Ricardo Roriz Coelho aponta que o Banco Central é peça-chave para a solução desta questão.

“Ele deve incentivar a concorrência bancária com a rápida adoção do cadastro positivo, com incentivos às empresas que usam a internet para concessão de crédito – as chamadas fintechs – e com a atração de novos bancos para operar no país”, defendeu.

Decisão acertada

Para a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a decisão do BC foi acertada. Segundo a entidade, uma elevação dos juros não se justificaria diante de um cenário

de fraca recuperação da economia, das incertezas em relação às eleições de outubro e das mudanças no cenário internacional.

"O aumento dos juros neste cenário seria precipitado e desnecessário", destacou o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade. Robson Andrade ainda acrescentou que seria equivocado o Banco Central elevar os juros para conter a desvalorização do real frente ao dólar e que os instrumentos adequados, como a oferta de swap cambial, estão sendo utilizados para irrigar o mercado de câmbio e controlar as oscilações do dólar.

Para a CNI, mesmo com a greve dos caminhoneiros, a inflação no país segue bastante controlada.

O Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) também considerou adequada a decisão do BC. Para a entidade, a inflação abaixo da meta e a atividade econômica fraca justificam a manutenção dos juros básicos no piso histórico. Segundo o SPC, a elevada ociosidade da economia contribui para amenizar o repasse da alta do dólar para os preços.

Expectativa

O professor Clemens Nunes, da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EESP-FGV), aponta que a decisão "está dentro da expectativa". Ele destacou os dois elementos indicados pelo Banco Central para a manutenção da taxa: os efeitos da greve dos caminhoneiros que ainda não foram plenamente incorporados na inflação e a desvalorização cambial.

Para o professor, ao manter a Selic, o BC indica que o cenário para a inflação para 2018 e 2019 "ainda é benigno". Nunes destaca que a própria nota do Copom indica que não vê motivos para alterar a taxa entre esta e a próxima reunião.

Veja como ficam os juros ao consumidor com a Selic a 6,5%

21/06/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 20-06-2018)

Anefac estima taxa média mensal de 7,08% nos empréstimos ao consumidor

Mesmo com a manutenção do juro básico (Selic) em 6,5%, a Anefac (Associação Nacional de Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade) vê redução na taxa média mensal de juros cobrada do consumidor. A associação projeta o custo médio do crédito em 7,08%, abaixo dos 7,20% da metade de maio.

Abaixo, veja simulações feitas pela Anefac para a Selic a 6,5% nas operações de crédito.

IMPACTO EM EMPRÉSTIMOS

Confira como ficam os juros ao consumidor com o juro básico a 6,5%

Compra de geladeira de R\$ 1.500 em 12 parcelas

	Taxa mensal, em %	Quantidade de parcelas	Valor da parcela, em R\$	Valor final, em R\$
Selic a 6,5% ao ano	5,86	12	177,54	2.130,54

Compra de veículo de R\$ 40.000 em 60 meses

	Taxa mensal, em %	Quantidade de parcelas	Valor da parcela, em R\$	Valor final, em R\$
Selic a 6,5% ao ano	1,89	60	1.120,28	67.216,62

Uso de R\$ 3.000 no rotativo do cartão de crédito por 30 dias

	Taxa mensal, em %	Valor dos juros, em R\$
Selic a 6,5% ao ano	12,02	360,60
Uso de R\$ 1.000 por 20 dias no cheque especial		
	Taxa mensal, em %	Valor dos juros, em R\$
Selic a 6,5% ao ano	12,03	80,20

Dólar sobe quase 1% e se reaproxima dos R\$ 3,80

21/06/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 20-06-2018)

BC volta a atuar no mercado de câmbio, mas cautela à espera do Copom impulsiona moeda

O dólar avançou quase 1% nesta quarta-feira (20) e se reaproximou dos R\$ 3,80 mesmo após nova intervenção do Banco Central no mercado de câmbio.

Investidores adotaram uma postura mais cautelosa à espera da decisão do Copom (Comitê de Política Monetária) sobre a taxa Selic, que deve ser mantida em 6,50%, e do comunicado que embasará a decisão.

O dólar ganhou 0,90% sobre o real, a R\$ 3,7790 —a moeda brasileira destoou das demais emergentes. Considerada uma cesta de 24 divisas, o real foi a que mais se desvalorizou.

Durante a manhã, no entanto, a moeda acompanhou o mercado internacional e chegou a operar em queda.

Houve ainda a volta do Banco Central ao mercado, que colocou mais US\$ 1 bilhões em contratos de swap cambial (equivalentes à venda de dólares no mercado futuro), mas a atuação não foi suficiente para conter a alta. Nesta semana, foram injetados US\$ 2 bilhões dos US\$ 10 bilhões anunciados pelo BC.

Já a Bolsa brasileira avançou 1,02%, engatando o segundo dia de recuperação. O Ibovespa, principal índice acionário do país, fechou a 72.123 pontos.

A alta foi impulsionada pela Petrobras, que se valorizou no pregão. As ações preferenciais (mais líquidas) ganharam 5,05%, a R\$ 16,20. Os papéis de bancos também avançaram, ajudando o índice.

A tendência para a Bolsa, no entanto, segue negativa. No campo doméstico, não surgem notícias positivas no campo econômico e tampouco há alguma definição no cenário eleitoral que possa sustentar o índice.

No exterior, as Bolsas avançaram nesta quarta após o susto causado pelo acirramento da guerra comercial entre Estados Unidos e China. No entanto, a disputa entre os dois países segue no radar dos investidores e poderá causar novas baixas em mercados de risco.

Alimentação, Habitação e Transportes pressionam IPCA-15 de junho, aponta IBGE

21/06/2018 – Fonte: Tribuna PR

O aumento nas despesas das famílias com alimentos, moradia e locomoção pressionaram a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) em junho, informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na manhã desta quinta-feira, 21.

O grupo Alimentação e bebidas saiu de uma queda de 0,05% em maio para um avanço de 1,57% em junho. Os gastos com Habitação passaram de alta de 0,45% para aumento de 1,74% no período. Já o grupo Transportes saiu de redução de 0,35% para elevação de 1,95%, segundo o IBGE.

Os três grupos, que respondem por cerca de 60% das despesas das famílias, contribuíram juntos com 1,01 ponto porcentual para o IPCA-15 do mês, o equivalente a 91% da inflação de junho.

eSocial: Comitê Gestor aprova reformulação em calendário

21/06/2018 – Fonte: Contábeis.com

O Comitê Gestor do eSocial decidiu na tarde desta terça-feira (19/06) aprovar a reformulação do calendário de implementação do módulo eSocial.



O Comitê Gestor do eSocial decidiu na tarde desta terça-feira (19/06) aprovar a reformulação do calendário de implementação do módulo eSocial. A medida atendeu ao pedido da Fenacon, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Sebrae, que ontem a estiveram mais cedo reunidos com o Subsecretário Substituto de Fiscalização da Receita Federal do Brasil (RFB), Francisco Assis de Oliveira Júnior e o assessor especial para o eSocial, Altemir Linhares de Melo.

Na ocasião, as entidades entregaram ofício conjunto solicitando que as empresas com faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões sejam incluídas no eSocial em caráter obrigatório a partir da 3ª fase do programa.

Além dos representantes da RFB participaram do encontro: o diretor de Assuntos Legislativos, Institucionais, Sindicais e do Trabalho da Fenacon, Antonino Ferreira Neves, o vice-presidente de Política Institucional do CFC, Joaquim de Alencar Bezerra Filho, a gerente de Políticas Públicas do Sebrae, Ines Schwingel.

Atuação da Fenacon

Sensível as diversas demandas recebidas o Sistema Fenacon Sescap/Sescon atuou de toda as formas junto aos órgãos competentes sobre a necessidade de reformular o calendário do eSocial.

Na última quinta-feira, 14, o diretor de Educação e Cultura da Fenacon, Hélio Donin Jr. Esteve reunido com o Subsecretário de Fiscalização da Receita Federal, Iágaro Jung Martins para tratar do assunto. o objetivo do encontro foi demonstrar a preocupação de que grande parte das empresas ainda não estavam adequadas para ingressar no sistema.

Reunião ocorrida dia 19 de junho

Em seguida o encontro foi com o ministro do Trabalho e Emprego, Helton Yomura, para relatar as dificuldades das empresas brasileiras diante das demandas do eSocial.

Nas duas ocasiões também esteve presente a vice-presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina do CFC, Sandra Maria Batista.

De acordo com o diretor, a Fenacon e o CFC integram o grupo de trabalho que discute a elaboração dos diversos módulos do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) e conhecem as dificuldades com a implementação do eSocial, em especial desta etapa que inclui as empresas tributadas pelo lucro presumido e pelo Simples Nacional.

"Entendo que a decisão é uma medida acertada e além do tratamento diferenciado as PME prevista em lei, mostra a percepção dos gestores do eSocial do que acontece na classe empresarial, permitindo as PME uma entrada mais confortável no projeto, evitando problemas e minimizando a possibilidade de eventuais multas.

A possibilidade de acesso aos gestores da RFB e MTE, bem como audiência com o Ministro do Trabalho mostra o alto grau de compromisso da Fenacon com as empresas brasileiras e o respeito dos órgãos público ao sério trabalho que vem desenvolvendo. A Fenacon está de parabéns pela conquista", disse Helio Donin Jr.

Recurso no INSS será automático a partir de 10 de julho e deve levar 30 dias

21/06/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

O INSS iniciará, em 10 de julho, análises automáticas de recursos a serem enviados para julgamento nas Juntas de Recursos da Previdência, segundo o diretor de benefícios, Alessandro Ribeiro.

A proposta foi apresentada nesta quarta-feira (20) pelo órgão ao Ministério Público Federal em São Paulo, que, em maio, havia recomendado às agências paulistas da Previdência o cumprimento do prazo de 30 dias para o envio dos pedidos aos órgãos julgadores.

Na ocasião, o encaminhamento dos processos levava 204 dias, em média, o equivalente a quase sete meses.

Com a mudança, que será nacional, Ribeiro estima que até 40% das reaquisições serão verificadas por computador e diretamente remetidas às juntas. Hoje, todos os processos precisam passar pela pré-análise de funcionários, para só então seguirem para julgamento.

A automatização será aplicada aos casos que não dependem da análise do processo físico ou de interpretações sobre as normas e a legislação previdenciária, conforme explica Ribeiro.

"O recurso deveria ser para discussões subjetivas sobre a análise realizada pelo funcionário do INSS que, por exemplo, considerou que não caberia a aceitação de um vínculo de emprego ou de um tempo especial", diz Ribeiro. "Mas isso acabou se desvirtuando para discussões práticas, como aquelas provocadas por segurados que simplesmente pedem a revisão de um cálculo da renda inicial que está correto."

A automatização dos recursos considerados mais simples também poderá resultar em concessões ou revisões automáticas, quando o computador identificar o erro cometido pela autarquia.

A triagem automática, porém, não excluirá o processo do julgamento nos casos em que o direito não for identificado pelo sistema.

Os pedidos de recursos continuarão a ser apresentados pela internet, no site "[meu.inss.gov.br]":[https://meu.inss.gov.br/central/index.html#/,](https://meu.inss.gov.br/central/index.html#/) no aplicativo Meu INSS ou pelo telefone 135. Mas a presença do segurado no posto de atendimento só será exigido em casos específicos.

TCU pede que governo explique como cobrirá perda de arrecadação com Refis

21/06/2018 – Fonte: G1

Determinação do tribunal vale para refis do Funrural e do Simples Nacional. Ministro que analisa o caso emitiu alerta ao governo ressaltando que benefícios têm sido concedidos sem compensação.

O Tribunal de Contas da União (TCU) determinou que o governo federal explique até a próxima terça-feira (26) como cobrirá a perda de arrecadação com os programas de refinanciamento de dívidas relativas ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural) e ao Simples Nacional.

Ao determinar ao governo que explique a perda de arrecadação, o ministro do TCU Vital do Rêgo emitiu, ainda, um alerta ressaltando que benefícios fiscais têm sido concedidos sem medidas de compensação, o que é irregular.

Por lei, a concessão ou ampliação de incentivo tributário que leve a alguma perda de receita deve vir acompanhada de estimativa de impacto.

Além disso, a renúncia fiscal também precisa apresentar uma medida de compensação ou a demonstração de que não afetará os resultados fiscais.

Segundo o comunicado de Vital do Rêgo, há informações de que o perdão de juros e multas com o Funrural levará o governo a perder, pelo menos, R\$ 10 bilhões em arrecadação em 2018.

EXCLUSIVO-Toyota reduz gastos com marketing e desvia recursos para pesquisa e inovação

21/06/2018 – Fonte: R7

A montadora Toyota começou a reduzir os gastos, inicialmente com vendas e marketing, e a desviar os recursos para pesquisa que a ajudará a enfrentar novos competidores, disseram quatro pessoas familiarizadas com o assunto.

Uma das primeiras iniciativas da companhia foi cancelar contratos com a unidade chinesa de sua agência de publicidade e comunicação de longa data, a Dentsu, de acordo com as fontes.

O presidente-executivo da Toyota, Akio Toyoda, e o diretor financeiro e de risco, Koji Kobayashi, querem seguir o exemplo da Tesla, do Google e da Tencent --todas dependem fortemente de estratégias de marketing menos tradicionais, mais baratas e inovadoras.

Eles afirmam que as economias devem ser convertidas em investimento em tecnologias emergentes, incluindo veículos autônomos.

"Podemos registrar lucros recordes, mas não achamos que estamos acompanhando o ritmo deles de investimentos", disse à Reuters uma das fontes, uma autoridade sênior da Toyota.

Para isso, Kobayashi quer usar os recursos, antes destinados a marketing automotivo e despesas gerais, que no ano encerrado em março totalizaram 2,72 trilhões de ienes (24,66 bilhões de dólares).

A Toyota reportou um lucro operacional de 2,4 trilhões de ienes (21,68 bilhões de dólares) no mesmo período, tornando-se uma das montadoras mais lucrativas do mundo. A margem de lucro da empresa está em torno de 9 por cento.

Mas companhias como Google e Apple --agora competindo diretamente com a Toyota em tecnologia automotiva-- apresentam números muito maiores.

Toyoda e Kobayashi veem forte contraste entre o lado hiper-eficiente das fábricas da Toyota e as operações de venda, de acordo com as fontes, que pediram para não serem identificadas porque não estavam autorizadas a falar com a mídia sobre o assunto.

A decisão de excluir a chinesa Dentsu de novos negócios com a montadora no próximo ano e reduzir projetos já aprovados mostra o quão sério são os esforços da Toyota para corte de gastos, disseram as fontes

A Dentsu, em Pequim, presta serviços de cerca de 50 milhões de dólares para Toyota anualmente.

Divisão de caminhões e ônibus da Volkswagen planeja IPO para 2019, diz revista

21/06/2018 – Fonte: R7

A divisão de caminhões e ônibus da alemã Volkswagen planeja uma oferta pública inicial de ações (IPO, em inglês) em 2019 e pode levantar mais de 6 bilhões de euros (6,9 bilhões de dólares) com a listagem de uma fatia de cerca de 25 por cento do negócio, disse o presidente-executivo da unidade, Andreas Renschler, à Manager Magazin.

Questionado se a divisão, que deve ser renomeada de Traton, conseguiria levantar 6 bilhões de euros, Renschler disse: "Pode ser um pouco mais que isso".

A Volkswagen anteriormente havia informado que planejava a listagem integral ou parcial da divisão de caminhões, mas que a operação não ocorreria em 2018.

ArcelorMittal anuncia investimento de R\$ 107 mi para ampliar produção de aço para pneus em MG

21/06/2018 – Fonte: G1 (publicado em 20-06-2018)

Investimento será aplicado pela belgo-mineira Bekaert Artefatos de Arame para elevar em 35% a capacidade de produção de cordas de aço da fábrica; empresa detém participação majoritária na empresa.



A ArcelorMittal anunciou nesta quarta-feira (20) investimento de R\$ 107 milhões nos próximos três anos para aumentar capacidade de produção de um tipo de aço voltado para reforço da estrutura de pneus de carros e caminhões e fabricado por unidade da empresa em Itaúna (MG).

O investimento será aplicado pela Belgo-Mineira Bekaert Artefatos de Arame (BMB) para elevar em 35% a capacidade de produção de cordas de aço (steel cord) da fábrica, afirmou a ArcelorMittal, que detém participação majoritária na empresa.

Além da infraestrutura, os recursos serão usados em instalação de uma nova linha de latonagem (cobertura do arame com camada de latão), máquinas de trefilação e cablagem. "A estratégia de expansão tem o objetivo de fortalecer a nossa posição de liderança no segmento e ampliar a atuação da companhia no mercado latino-americano", disse o presidente da Belgo Bekaert, Ricardo Garcia, em comunicado.

A expectativa é que as obras de ampliação comecem no início do segundo semestre. Bekaert e ArcelorMittal operam atualmente dez fábricas no Brasil, por meio de parcerias, nas quais o grupo siderúrgico detém participação majoritária.

As vendas de veículos no Brasil neste atravessam forte alta, se recuperando após quatro anos seguidos de queda. De janeiro a maio, os licenciamentos de carros, comerciais leves, caminhões e ônibus novos no país acumulam crescimento de 17% e a produção tem alta de 12% sobre o mesmo período do ano passado, segundo dados da associação de montadoras, Anfavea.

Produção de aço bruto recua 8,5%

21/06/2018 – Fonte: Diário do Comércio

A atividade da indústria do aço recuou de forma sensível em maio devido à greve dos caminhoneiros. A impossibilidade de escoamento da produção e a falta de matéria prima para a produção resultaram no abafamento de 16 altos-fornos, paralisação de dez aciarias e de 15 laminações.

A produção brasileira de aço bruto recuou 8,5% em maio frente ao mesmo mês de 2017, para 2,7 milhões de toneladas. A queda da produção de aço bruto fez o setor utilizar seus estoques para não afetar em igual escala a produção de laminados, que foi de 2,0 milhões de toneladas. Por ter uma base de comparação baixa em maio de 2017, a produção de laminados também foi impactada positivamente e cresceu 7,6% frente ao mesmo mês do ano anterior.

A produção de semiacabados para vendas foi de 794 mil toneladas, um aumento de 7,3% em relação ao mesmo mês de 2017. Pelo mesmo motivo apurado na produção de laminados, a menor base de comparação de maio de 2017 também impactou positivamente a variação da produção de semiacabados de maio de 2018. Devido a uma perda que ocorre durante o processo produtivo do aço, a soma da produção de laminados e semiacabados para vendas não equivale ao total da produção de aço bruto.

As vendas internas de maio de 2018 também foram muito afetadas pela greve e recuaram 17,8% frente a maio de 2017, para 1,2 milhão de toneladas. O consumo aparente de produtos siderúrgicos foi de 1,4 milhão de toneladas em maio, 15,5% inferior ao apurado no mesmo mês de 2017.

As estatísticas de importações foram menos afetadas pela greve pelo fato de o desembarço aduaneiro ocorrer no próprio porto. Assim, mesmo se as mercadorias não chegarem ao destino serão computadas nas estatísticas de importações, caso tenham sido desembarçadas. Em maio de 2018 foram importados 242 mil toneladas e US\$ 233 milhões, o que representa um crescimento de 3,9% em volume e uma alta de 6,4% em valor na comparação com maio de 2017.

Já as exportações foram muito afetadas pela greve devido à dificuldade de os produtos chegarem aos portos. Em maio, a quantidade exportada recuou 48,1% (para 753 mil

toneladas) e caiu 35,6% em valores (para US\$ 484 milhões) na comparação com o mesmo mês de 2017.

Acumulado do ano - As variações dos indicadores da indústria do aço no acumulado de janeiro a maio também foram afetadas pela greve dos caminhoneiros. A produção brasileira de aço bruto cresceu apenas 1,5%, para 14,3 milhões de toneladas, uma desaceleração dos 4,1% registrados no acumulado até abril.

A produção de laminados foi menos afetada dada a utilização de estoques das empresas e cresceram 7,2% no acumulado até maio, para 9,8 milhões de toneladas. A produção de semiacabados para vendas totalizou 3,9 milhões de toneladas no acumulado até maio de 2018, um aumento de 1,3% frente ao mesmo período de 2017.

A expansão das vendas internas arrefeceu de 14,7% no acumulado até abril para 7,7% no acumulado até maio, para 7,1 milhões de toneladas.

O consumo aparente nacional de produtos siderúrgicos foi de 8,1 milhões de toneladas de janeiro a maio de 2018, o que representa uma alta de 7,2% frente ao mesmo período do ano anterior. No acumulado até abril, a taxa de crescimento do consumo aparente foi quase o dobro: 13,3% na comparação com o mesmo período do ano anterior.

As importações alcançaram 1,0 milhão de toneladas no acumulado de janeiro a maio de 2018, aumentando 1,0% frente ao mesmo período do ano anterior. Em valor, as importações atingiram US\$ 1,1 bilhão, uma alta de 23,6% no mesmo período de comparação.

As exportações atingiram 5,4 milhões de toneladas e US\$ 3,3 bilhões nos cinco primeiros meses de 2018. Esses valores representam, respectivamente, queda de 11,0% e aumento de 9,3% na comparação com o mesmo período de 2017. Em termos de comparação, no acumulado de janeiro a abril de 2018, as exportações cresceram à taxa de 0,6% em quantum e 23,9% em valor.